

ANÁLISE DO DISCURSO DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: EDUCAÇÃO PARA A EMPREGABILIDADE?

Analysis of the discourse of students of the Universidade do Estado do Rio de Janeiro: education for employability?

CARVALHO, Laura Nazaré de¹

RESUMO

No mundo do trabalho, as mudanças organizacionais e tecnológicas proporcionadas pela reestruturação produtiva representaram mutações na forma de produção. Tais mudanças forjaram um novo tipo de trabalhador, mais polivalente e qualificado. Nesse sentido, este artigo visa apresentar a análise do discurso de alguns universitários da Universidade do Estado do Rio de Janeiro acerca da importância do curso superior nos seus projetos de vida profissional, aferindo se é possível depreender de suas falas indícios da ideologia da empregabilidade. A noção de empregabilidade remete àquilo que o trabalhador tem a oferecer no mercado de trabalho, de tal maneira a tornar-se atraente para os empregadores. Podemos afirmar que os entrevistados entendem perfeitamente quais são "as regras do jogo" e não ignoram que o título do ensino superior seja muito importante em seus projetos de vida.

Palavras-chave: Juventude; Universidade; Empregabilidade.

ABSTRACT

In the world of work, organizational changes and restructuring of production technologies provided by mutations represented in the form of production. Such changes have forged anew type of worker, most versatile and qualified. In this sense, this paper aims to present a discourse analysis of some students at the State University of Rio de Janeiro about the importance of higher education in their life projects, assessing whether it is possible to infer from his lines of ideology evidence of employability. The notion of employability refers to what the worker has to offer in the labor market, so to make themselves attractive to employers. We say that respondents fully understand what "the rules" and do not ignore the title of higher education is very important in their life projects.

Keywords: Youth; University; Employability.

¹ Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais (UFRJ/UERJ); Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (UFF); Bolsista da CAPES. E-mail: lauran.carvalho@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

No mundo do trabalho, as mudanças organizacionais e tecnológicas proporcionadas pela reestruturação produtiva representaram mutações na forma de produção, que passaram a requerer uma maior qualificação dos trabalhadores. Tais mudanças forjaram um novo tipo de trabalhador, mais polivalente e qualificado (PARANHOS, 2010). A educação que, segundo Paulo Freire (1997), deveria ser um processo de humanização, um ato político, de conhecimento e de criação, ou, de acordo com Mészáros (2005), teria o papel supremo na elaboração de estratégias apropriadas, adequadas a mudar as condições objetivas de reprodução, passou a ser compreendida como um instrumento ou estratégia de ingresso no mercado de trabalho.

Atualmente, para além de buscar educação para a emancipação humana, os indivíduos se veem responsáveis pelo seu aprimoramento cotidiano como forma de não serem “expulsos” de um mercado de trabalho cada vez mais competitivo e, por extensão, excludente. Referimo-nos à ideologia da empregabilidade.

Desse modo, o acesso à Universidade, sempre considerado muito restrito, pois atingia um grupo específico, uma “categoria limitada de indivíduos cuidadosamente selecionados e modificados pela e para a ascensão individual”, exercendo o controle sobre a mobilidade e estabilidade social e, “por esta via, a perpetuação da estrutura das relações de classe” (BOURDIEU, 2007, p.295-296), torna-se necessário para aqueles que pretendam ingressar ou se manter no mercado de trabalho.

Nesse sentido, este artigo visa apresentar a análise do discurso de alguns universitários da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) acerca da importância do curso superior nos seus projetos de vida profissional, aferindo se é possível depreender dessas falas indícios da ideologia da empregabilidade.

2. O TRABALHO NA “ERA DO DESEMPREGO” NO BRASIL

Atualmente, podemos afirmar que, diante do novo paradigma produtivo propagado, os Estados capitalistas ocidentais se veem impelidos a modificar-se e a ajustar-se à nova dinâmica do capital. O projeto neoliberal, segundo Portela (2000), busca a celebração da suposta eficiência e produtividade da iniciativa privada em oposição à ineficiência e ao desperdício dos serviços públicos; a redefinição da cidadania pela qual o agente político se transforma em agente econômico e o cidadão em consumidor.

No Brasil, foi a partir da década de 1990 que essas mudanças se tornaram mais visíveis tanto na política como na economia, gerando estagnação econômica, taxas crescentes de desemprego, profunda reestruturação industrial com destruição de milhões de postos de trabalho, privatização de serviços públicos e de empresas estatais, flexibilização do mercado de trabalho (estes são apenas os aspectos mais salientes de um movimento mais geral de desregulamentação das relações econômicas ocorridas nesse momento) (CARDOSO, 2003).

A experiência nacional e internacional demonstra que os jovens são mais afetados pelo desemprego que os adultos. A taxa de desemprego dos jovens é aproximadamente o dobro e, em alguns casos, o triplo da taxa de desemprego total de cada país. Mesmo em períodos de crescimento econômico e de diminuição do desemprego total, o desemprego dos jovens não tem demonstrado tendência à queda, ou, pelo menos, na mesma proporção que para a população adulta. Um dos principais motivos para isso é o fato de não existirem empregos para todos, o que faz os adultos competirem com o segmento juvenil por ocupações que eram a “porta de entrada” dos jovens no mercado de trabalho (como atendentes, auxiliares do comércio e serviços, *Office-boys*, dentre outros). Os adultos, por possuírem experiências profissionais anteriores e, em muitos casos, maiores qualificações, garantem as vagas que anteriormente eram preenchidas pelos mais jovens (MESQUITA, 2006).

A situação é mais grave nos países em desenvolvimento por causa da precária rede de proteção social. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 2004, o desemprego juvenil no Brasil e em oito países latino-americanos era o dobro do desemprego total.

Diante deste panorama, é divulgado fortemente pela mídia, pelas Organizações Não Governamentais (ONGs), pelos governos e pelas empresas a relação entre qualificação e emprego, onde quanto mais escolarizado e mais qualificado for o trabalhador, maior será a chance de estar empregado. Contudo, segundo Kober (2003 *apud* MESQUITA, 2006), nesta premissa estar-se-iam ocultando as relações econômicas, sociais e políticas que determinam a inserção ou exclusão dos indivíduos em um emprego no mercado de trabalho. Ademais, transforma o desemprego em um problema de ordem individual, que pode ser resolvido pela ampliação da qualificação.

No período atual, mesmo os jovens de grupos sociais muito qualificados, com curso superior, podem não encontrar postos de trabalho à altura de sua qualificação, demonstrando uma ausência de empregos, bem como a influência da situação econômica e da dinâmica do mercado de trabalho: “O aumento das taxas de escolaridade não vai levar à criação de empregos, o que depende de um modelo político-econômico voltado para isto” (KOBBER, 2003 *apud* MESQUITA, 2006, p.22).

O desemprego atual é classificado como a junção de três tipos de desemprego: conjuntural (nova etapa de acumulação de capital no mundo), tecnológico (modernização) e estrutural (flexibilização dos direitos no Brasil). Assim, o desemprego não é resultado somente de problemas internos do mercado de trabalho, mas das transformações nas estratégias de acumulação do capital.

Ademais, as políticas neoliberais acarretaram no enfraquecimento da proteção social aos trabalhadores e isto permitiu que se desse um processo de flexibilização e desestruturação do mercado de trabalho (aumento demasiado do trabalho informal e dos contratos temporários que privilegiam os trabalhadores experientes, apesar de pagarem salários menores). A reestruturação produtiva, manifestada pela introdução de inovações tecnológicas combinadas com novas formas de organização e gestão do

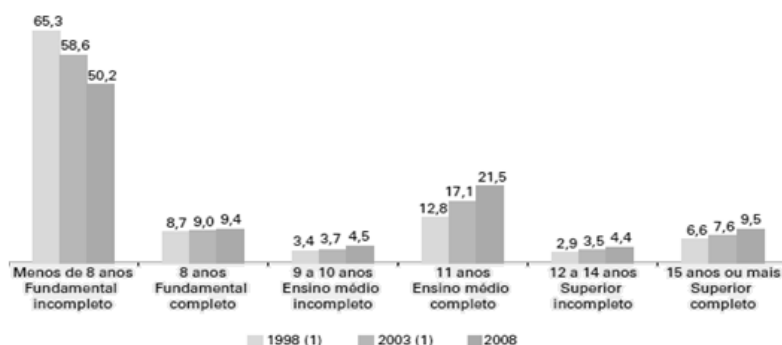
trabalho, também contribuiu diretamente para o desemprego dos jovens, tendo em vista que, segundo Mesquita (2006), permitiu que as empresas se tornassem menos dependentes de mão de obra e demandantes de maior capacitação profissional gerando uma diminuição na contratação juvenil (que seria menos qualificada).

Cabe salientar que o desemprego no Brasil passou nas últimas décadas por mudança de perfil, já que não é mais um problema que afeta exclusivamente grupos sociais específicos, passando a se multiplicar pela sociedade como um todo, apesar de afetar com mais intensidade a população jovem e os indivíduos com mais de 40 anos: "Não existe mais estratos sociais imunes ao desemprego no Brasil, que se transformou em um fenômeno de grande proporção" (POCHMANN, 2001 *apud* MESQUITA, 2006, p.49).

3. INGRESSO NO MERCADO DE TRABALHO

Nos relatórios do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a explicação para a menor presença verificada de jovens entre 15 e 24 anos no mercado de trabalho decorre de uma opção individual. Essa situação ocorreria porque os mais jovens prefeririam ficar mais tempo na escola, seja formal, seja em cursos de qualificação profissional, antes de ir ao mercado. E por quê? Porque as empresas demandam maior qualificação e os jovens valorizam a educação (BRASIL, Tendências do Mercado de Trabalho Brasileiro, 1998 *apud* PORTELA, 2000, p.21).

GRÁFICO 1: Distribuição das pessoas de 25 anos ou mais de idade, por grupos de anos de estudo – Brasil (1998/2008)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1998/2008.²

Entretanto, com base na taxa de escolaridade dos brasileiros do censo realizado pelo IBGE, em 2000, apesar da gratuidade e da obrigatoriedade garantida em lei, em relação ao Ensino Fundamental, 13,3% da população acima dos 15 anos era analfabeta e a média de anos de estudo das pessoas

² Exclui-se a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

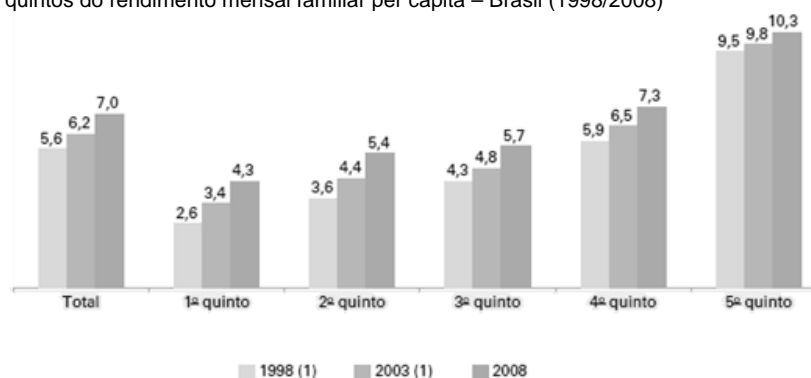
de 10 anos ou mais de idade era de 5,7 anos, equivalendo a pouco mais do que o primário.³

Além disso, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2008, a média de anos de estudo do segmento etário, que compreende as pessoas de 25 anos ou mais de idade em 2008 era de 7,0 anos, o que representa uma escolaridade que não atingiu a conclusão do ensino fundamental. A informação sobre distribuição da população de 25 anos ou mais de idade, por grupos de anos de estudo no período, complementa o quadro analítico do *status* de escolaridade da sociedade brasileira. No período de 1998 a 2008, reduziu-se a proporção daqueles que tinham o ensino fundamental incompleto, melhorando os níveis subsequentes. Contudo, há que se registrar que apenas 21,5% tinham o ensino médio completo (GRAF. 1).

Por outro lado, nos resultados referentes à população de 25 anos ou mais de idade não estão incluídas as gerações mais novas que vêm experimentando um processo de escolarização intenso e prolongado (GRAF. 2).

Nesse sentido, percebemos que os indivíduos com 25 anos ou mais não apresentam elevada taxa de escolaridade, o que pode estar levando ao aumento da demanda por trabalhadores com mais anos de estudos.

GRÁFICO 2: Média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade, por quintos do rendimento mensal familiar per capita – Brasil (1998/2008)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1998/2008.⁴

Não obstante, quando nos deparamos com as estatísticas sociais no Brasil (em 1999, segundo o IBGE, 27,6% das famílias brasileiras possuíam rendimento médio mensal familiar de até 2 salários mínimos e, segundo a mesma pesquisa, o número médio de pessoas por família era de 3,4, resultando em uma renda *per capita* muito baixa por integrante da família), podemos afirmar ser incoerente aduzir que o retardo no ingresso do jovem no mercado de trabalho se dê exclusivamente em decorrência de um adiamento

³ Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios, 2000.

⁴ Excluída a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

voluntário em busca de melhor qualificação. Afinal, como é possível que este jovem e sua família consigam sobreviver sem que aquele trabalhe?

Diante dos dados expostos, cabe a seguinte indagação: Se, de acordo com Bezerra Junior (2000), a aquisição de habilidades básicas é um processo longo cujos resultados satisfatórios demandam tempo e se as pessoas mais vulneráveis econômica e socialmente têm dificuldade para ter acesso às escolas e universidades públicas e nelas permanecerem, pois precisam, acima de tudo, sobreviver, como entender que o não ingresso no mercado de trabalho possa ser considerado apenas uma opção individual?

Tal reflexão reforça a tese de que a inexistência de postos de trabalho para pessoas com baixa escolaridade leva os jovens a buscarem qualificação visando ocupar os postos que exijam outras credenciais escolares. Frente ao atual panorama de desemprego, a alternativa da mão de obra jovem é atuar através de estratégias de empregabilidade (por exemplo, através das políticas públicas de formação profissional), aumentando os anos de estudo.

Quanto ao debate sobre as possíveis relações entre o nível de qualificação da força de trabalho e emprego, Pochmann (2000) afirma que não se encontra consenso na literatura especializada sobre o tema, mas existem algumas evidências quanto à repercussão a longo prazo de que a formação profissional possa condicionar o acesso diferenciado ao posto de trabalho, bem como minimizar o risco de desemprego imediato.

Mas no contexto de baixa evolução da economia, e, por consequência, do emprego em relação à população economicamente ativa, o desempenho da educação termina auxiliando mais na elevação da concorrência no interior da classe trabalhadora, através da substituição em determinados postos de trabalho, de pessoas de menos qualificação por pessoas de maior nível de formação. Ao mesmo tempo, pode contribuir também para aumentar os requisitos de contratação nas vagas com conteúdo de trabalho mais simples (POCHMANN, 2000, p.67).

Ou seja, segundo Pochmann (2000), a teoria da empregabilidade não tem uma aplicação prática no Brasil, uma vez que o avanço de escolaridade não tem sido acompanhado de uma melhor inserção e trajetória no mercado de trabalho, tendo em vista o contexto de baixa evolução da economia.

4. EMPREGABILIDADE

Posterior à teoria do capital humano, ganhou profusão um fenômeno que recebeu o nome de empregabilidade. Nas palavras de Cardoso (2003, p.14),

[...] neologismo que é ao mesmo tempo substantivo e adjetivo colou-se recentemente à força de trabalho como se fora uma marca de nascença, um atributo identitário. Agora se diz dos indivíduos que eles têm maior ou menor empregabilidade, que podem melhorá-la ou piorá-la, que podem inclusive perdê-la inteiramente, digamos, por idade ou invalidez, com o que deixam de ser força de trabalho e tornam-se outro ser social, alguém "fora da População Economicamente Ativa PEA", alguém sem empregabilidade.

A noção de empregabilidade remete àquilo que o trabalhador tem a oferecer no mercado de trabalho, de tal maneira a tornar-se atraente para os empregadores. Mas na realidade a empregabilidade se assenta sobre a desigualdade efetiva de formação dos indivíduos trabalhadores. Logo, ela demonstra a desigualdade de oportunidades de acesso a postos de trabalho.

Segundo a noção de empregabilidade, dizer de alguém que não é empregável é dizer que não há no mundo empregadores dispostos a dar-lhe um lugar na estrutura de produção ou distribuição de mercadorias e serviços [...]. Se só existem postos que podem ser ocupados, um indivíduo qualquer só não é empregável porque há pessoas com as habilidades requeridas pelos postos de trabalho disponíveis, criados por empregadores racionais segundo um planejamento empresarial voltado para a obtenção do lucro (CARDOSO, 2003, *passim*).

Cabe ressaltar que a empregabilidade também pode ser perdida. É o caso das pessoas que não se reciclam depois da perda de um emprego industrial em setores onde, em razão da reestruturação produtiva, profissões operárias ou gerenciais tenham desaparecido inteiramente, tornando obsoletas as qualificações adquiridas antes. Ou até mesmo aquelas que, apesar de empregadas, não se qualificam de acordo com as demandas de seu trabalho. Esse fenômeno da perda da empregabilidade gera um contingente de pessoas que não são mais empregáveis, apesar de gozarem de capacidade física e mental.

A noção de empregabilidade substitui os problemas sociais gerados pelas diferenças de renda por problemas individuais que geram diferenças na capacidade de acesso a postos de trabalho. Esta se torna a justificativa para o desemprego: determinados indivíduos (os desempregados) não investiram adequadamente em si mesmos para tornar sua força de trabalho “atraente” para os empregadores, como os outros indivíduos (os empregados) o fizeram. Para Cardoso, é uma fantasia criada para legitimar a não atuação do Estado como zelador dos direitos sociais.

Nestes termos, a noção de empregabilidade tem o dom de explicar, ao mesmo tempo, porque alguns estão desempregados e outros, empregados. Além disso, ela transfere à força de trabalho todo o ônus por seu desemprego e, é claro, por seu emprego. Se cada qual tivesse buscado informação adequada sobre as necessidades reais dos mercados de trabalho, e se tivesse investido em si mesmo de forma diferenciada, isto é, mais e melhor do que os outros indivíduos estariam, agora, em melhor posição do que os outros. Seria, certamente, empregável (CARDOSO, 2003, p.23).

A empregabilidade não dá conta de garantir que a economia possa ou não gerar postos de trabalho adequados às qualificações presentes; ou de que pode não gerar postos de trabalho de qualquer natureza. Como a teoria do capital humano, a empregabilidade não tem nada a dizer sobre um aspecto crucial do funcionamento do mercado de trabalho, que são os determinantes sociais, econômicos e tecnológicos de constituição de postos de trabalho, ela negligencia os mecanismos sociais pelos quais indivíduos e famílias coordenam ou simplesmente planejam sua inserção produtiva.

5. PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UERJ)

Pretendemos buscar na fala dos estudantes da UERJ elementos identificatórios da noção da empregabilidade. Foram realizadas 29 entrevistas com graduandos de diferentes cursos e idades. Por não se tratar de uma amostragem, não esperamos que ela seja representativa do pensamento dos universitários da UERJ, mas apenas nos dê elementos para uma reflexão.

5.1. Sobre o campo: informações sobre a UERJ

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), considerada uma das principais universidades do país, possuía um corpo discente de 22.272 alunos de graduação (dados de 2008) matriculados em suas 30 unidades acadêmicas, abrangendo as cidades do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Nova Friburgo, Resende e São Gonçalo. Ela é precursora no Rio de Janeiro na implantação da reserva de vagas no vestibular para ingresso (lei n. 5.346, de 11 de dezembro de 2008). Entre os alunos de graduação com suas matrículas ativas, 34,8% eram cotistas e 65,2% não cotistas.

5.1.1. Pesquisa Qualitativa

Os dados da pesquisa qualitativa foram obtidos por meio de entrevistas estruturadas/semiestruturadas⁵ aplicadas em alunos de diferentes cursos de graduação, no primeiro semestre de 2009. Nosso interesse se resume em dois pontos: **(a)** aferir através da perspectiva individual uma correlação entre as expectativas em relação ao futuro e o diploma de nível superior a ser adquirido; e **(b)** avaliar, mesmo que superficialmente, se o projeto de vida do entrevistado está, ou não, diluído em ideologias de produtividade, qualificação e empregabilidade, conceitos já expostos neste trabalho.

5.1.1.1. Dados gerais dos entrevistados

Foram entrevistados 15 estudantes de graduação não cotistas e 14 estudantes de graduação oriundos da política de cotas.⁶

TABELA 1: Perfil dos entrevistados por curso de graduação, sexo e tipo de ingresso na universidade

	COTISTAS HOMENS	COTISTAS MULHERES	TOTAL	NÃO COTISTAS HOMENS	NÃO COTISTAS MULHERES	TOTAL
Nº de alunos entrevistados	5	9	14	9	6	15
Curso de graduação	Licenciatura em Química, Pedagogia, Geologia, Engenharia Mecânica e Informática	Psicologia, Direito (2), Ciências Sociais, Engenharia Elétrica, Educação Física, Enfermagem e Matemática (2)	12 cursos	Filosofia, Psicologia, Engenharia Mecânica, Engenharia Química, Matemática, Engenharia Elétrica, Direito, Administração e Educação Física	Pedagogia, Letras, Geologia, Enfermagem, Direito e Ciências Sociais	14 cursos

Fonte: Dados da pesquisa, 2009 (tabela elaborada pela autora).

⁵ O roteiro possuía perguntas com respostas padronizadas e perguntas com respostas abertas, onde os entrevistados podiam expor sua opinião de forma mais livre.

⁶ Nomenclatura a ser utilizada para denominar o estudante que ingressou na UERJ através da reserva de vagas para alunos carentes: negros, da rede pública de ensino, indígenas, deficientes físicos e filhos de policiais civis e militares, bombeiros militares e inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço.

TABELA 2: Perfil dos entrevistados por faixa etária

Faixa etária	Não cotistas	Cotistas	Total
18-21 anos	10	2	12
22-29 anos	3	11	14
30 anos ou mais	2	1	3

Fonte: Dados da pesquisa, 2009 (tabela elaborada pela autora).

5.1.1.2. Breve síntese dos dados coletados

Abaixo apresentamos uma breve síntese dos dados obtidos a partir das entrevistas. A separação entre cotistas e não cotistas (NC) nos ajudou a perceber alguns relatos diferentes de acordo com as condições sociais e econômicas nas quais os entrevistados se inseriam, ampliando a possibilidade de comparação (o sistema de reserva de vagas do vestibular da UERJ possui uma regra onde obrigatoriamente os alunos devem declarar renda limitada, denominado na lei de estudante carente ⁷).

5.1.1.3. Análise comparativa entre cotistas e não cotistas

Na tabela abaixo tentamos apresentar algumas diferenças.

TABELA 3: Análise comparativa

COTISTAS	NÃO COTISTAS
Dos 14 entrevistados, 11 moravam ou possuíam casa própria.	Dos 15 entrevistados, 13 moravam ou possuíam casa própria.
Renda familiar entre R\$450,00 e R\$5.000,00. A maioria em torno de R\$2.000,00.	Renda familiar entre R\$1.000,00 e R\$19.000,00.
9 são estudantes-trabalhadores, tendo, portanto, dupla jornada.	8 são estudantes-trabalhadores, tendo, portanto, dupla jornada.
10 começaram a trabalhar antes dos 18 anos.	8 começaram a trabalhar antes dos 18 anos.
12 fizeram algum curso além do Ensino Médio, predominando informática e idiomas, sendo que 6 justificaram esses cursos por conta do mercado de trabalho.	13 fizeram algum curso além do Ensino Médio, predominando informática e idiomas, sendo que 6 justificaram esses cursos por conta do mercado de trabalho.
3 se consideram de classe média, 9 de classe média baixa e 2 de classe "baixa".	12 se consideram de classe média, 2 de classe média baixa e 1 se considera pobre.
Quando questionados sobre sucesso profissional, 4 explicitamente falaram em qualificação. 9 falaram de atributos individuais como força de vontade, dedicação, esforço.	Quando questionados sobre sucesso profissional, 6 explicitamente falaram em qualificação. 11 falaram de atributos individuais como força de vontade, dedicação, esforço.
A respeito de subir na vida, 5 falaram em poder aquisitivo, 5 falaram em sucesso profissional.	A respeito de subir na vida, 5 falaram em poder aquisitivo, 2 falaram em sucesso profissional.
Sobre a importância de ter família rica para alguém subir na vida, 7 falaram que a importância era alta.	Sobre a importância de ter família rica para alguém subir na vida, 3 falaram que a importância era alta.
Sobre a importância de conhecer pessoas bem relacionadas para alguém subir na vida, 6 falaram que era alta e 6 falaram que era média. Apenas um falou nenhuma.	Sobre a importância de conhecer pessoas bem relacionadas para alguém subir na vida, 10 falaram que era alta e 4 falaram que era média. Apenas um falou nenhuma.
De forma geral os entrevistados escolheram a dedicação como o mais importante para se subir na vida. Ou seja, atributo individual.	De forma geral os entrevistados também escolheram a dedicação como o mais importante para se subir na vida. Ou seja, atributo individual.
Quando questionados sobre quais seriam as formas para reduzir as diferenças entre as classes sociais no Brasil, 5 falaram em educação, 7 falaram em mais oportunidades e 1 falou em reforma agrária.	Quando questionados sobre quais seriam as formas para reduzir as diferenças entre as classes sociais no Brasil, 7 falaram em educação, 3 mencionaram o Estado, sendo que um deles disse que precisávamos abolir o Estado. Um falou em inclusão social e outro que a desigualdade é necessária. Ninguém falou em oportunidades.

Fonte: Dados da pesquisa, 2009 (tabela elaborada pela autora).

⁷ A Lei n. 5.346, de 11 de dezembro de 2008, art. 1º, §1º, entende por estudante carente aquele assim definido pela universidade pública estadual, que deverá levar em consideração o nível socioeconômico do candidato e disciplinar como se fará a prova dessa condição, valendo-se, para tanto, dos indicadores socioeconômicos utilizados por órgãos públicos oficiais. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/0/1b96527e90c0548083257520005_c15df?opendocument>. Acesso em: 15 jul. 2011.

De forma geral, os entrevistados cotistas possuíam uma renda menor que os não cotistas (NC), um número maior era de estudantes-trabalhadores que começaram a trabalhar antes de completarem 18 anos. Eles buscavam sucesso profissional e reconheciam que aqueles que nasciam numa família mais rica podiam ter maiores oportunidades do que eles. Podemos afirmar que o diploma era percebido como uma estratégia, pois no futuro eles se viam em uma classe social superior, em contraste com os outros de sua classe social que precisariam de maiores oportunidades. Conseguimos aferir uma clara relação entre diploma, mercado de trabalho, salário e ascensão social.

Os não cotistas (NC) possuíam uma renda mais elevada, um menor número era de estudantes-trabalhadores (mas, ainda assim, existindo), e com um número menor de jovens que começaram a trabalhar antes de completar 18 anos (mas, ainda assim, existindo). Não acreditavam que uma família rica pudesse ter um peso no seu sucesso profissional e enalteciam a importância das redes sociais, o que poderia ser um diferencial no ingresso no mercado de trabalho competitivo. Observou-se o peso da influência familiar em suas escolhas profissionais, tão importante quanto o ingresso no mercado de trabalho.

5.1.1.4. Reflexão sobre as entrevistas

Podemos apontar a importância que ambos os grupos dão à qualificação para alcançarem seus objetivos pessoais e na forma como encaram esta jornada, atribuindo a eles mesmos a responsabilidade pelo seu sucesso. Todos percebem as desigualdades sociais no Brasil e as dificuldades para que elas sejam eliminadas e, de forma alguma, parecem apáticos a este problema, mas cabe salientar que eles entendem perfeitamente quais são “as regras do jogo” e não ignoram que o título de ensino superior seja muito importante em suas vidas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concepção de sociedade de conhecimento nos mostra como as transformações no modo de produção podem gerar novas formas de relação produtiva e novas identidades para os trabalhadores. A partir do momento que a tecnologia da informação suprime alguns postos de trabalhos, também cria novos cargos em várias áreas. Gera, portanto, realocação: a maior demanda levando as empresas a realocarem seus trabalhadores. Nada mais ideal para o aumento dos lucros dos empregadores que seus empregados se sentirem responsáveis pela sua autoqualificação, assombrados pelo risco do desemprego. Esse fenômeno gera a competição dentro da empresa pelo trabalhador mais polivalente, aquele com menos chance de perder seu posto de trabalho: o trabalhador com maior empregabilidade.

Além disso, quando existem vários trabalhadores qualificados temos um exército de reserva qualificado, que já na revolução industrial permitiu o barateamento do preço da força de trabalho fabril e hoje barateia a força de trabalho qualificada. Ao final, o vitorioso é aquele que tem um emprego, apesar de sempre precisar se qualificar ou correrá o risco de perder sua empregabilidade.

Cardoso (2003) afirma algo que vai além de qualquer análise estrutural: a noção de empregabilidade substitui "diferenças de renda" por "diferenças na capacidade de acesso a postos de trabalho". Transformamos uma sociedade excludente, como elevadas diferenças sociais de uma classe para outra, em uma mais excludente, e jogamos a culpa naquele que não soube entender esta dinâmica e se preparar, mesmo que para isso tivesse que assumir dívidas.

A crítica às teorias educacionais se centraliza no fato de que a economia pode não gerar postos de trabalho adequados às qualificações presentes; e pior: de que pode não gerar postos de trabalho de qualquer natureza. Não há nada que garanta que o ritmo de investimento das pessoas e famílias em sua qualificação equivalerá ao de criação de postos de trabalho a elas adequados.

Mas, em um mundo onde as tecnologias e os saberes mudam constantemente, a educação foi colocada como principal ponte entre o indivíduo e uma boa colocação no mercado de trabalho, visando uma vida mais confortável. O saber (no caso, especificado como ensino superior) foi apontado como necessário e decisivo ao indivíduo no processo de inclusão e estabilização no atual mercado.

REFERÊNCIAS

- BEZERRA JUNIOR, Benilton. Identidade, diferença e exclusão na sociedade brasileira contemporânea. In: ACSELRAD, G. (Org.). **Avessos do prazer**. Drogas, aids e direitos humanos. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. Reprodução cultural e reprodução social. In MICELLI, Sergio (Org.). **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo. Perspectiva: 2007.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 14 de mar. 2009.
- CARDOSO, Adalberto Moreira. **A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- FREIRE, Paulo. Papel da educação na humanização. **Revista da FAEBA**, Salvador, n.7, p.9-32, jan.-jun.1997. Edição em homenagem a Paulo Freire. Disponível em: <<http://www.projetomemoria.art.br/PauloFreire/obras/artigos/6.html>>. Acesso em: 13 jan. 2008.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Síntese de Indicadores Sociais de 2006. **Dados sobre educação**. Brasília, 2007. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2007/default.shtm>. Acesso em: 14 maio 2009.
- IBGE. Síntese dos indicadores sociais. Uma análise das condições de vida da população brasileira. **Estudos e Pesquisas**. Informação demográfica e socioeconômica, Rio de Janeiro, n.26, 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadores_minimos/sinteseindicais2009/indic_sociais2009.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2010.
- MAY, Tim. **Pesquisa social**: questões, métodos e processos. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- MESQUITA, Marcos Roberto. **O desemprego dos jovens e as políticas públicas no Brasil pós 1990**. 2006. 259 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.
- MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo. 2005.

NERI, Marcelo (Coord.). **O retorno da educação no mercado de trabalho**. Rio de Janeiro: Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e da EPGE/FGV, 2005.

PARANHOS, Michelle Pinto. O ideário educacional em função das tendências de (des)qualificação do trabalho. In: SEMINÁRIO DO TRABALHO, 7., Marília. **Anais...** Marília, 2010.

PINO, Mauro del. Política educacional, emprego e exclusão social. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; GENTILI, Pablo (Org.). **A cidadania negada**: políticas de exclusão na educação e no trabalho. São Paulo: Cortez/CLACSO, 2001.

POCHMANN, M. **A batalha pelo primeiro emprego**. São Paulo: Publisher, 2000.

PORTELA, Josânia Lima. Relação educação, trabalho e cidadania. (UFCeará). In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA, 23, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPEd, 2000.